AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44
Website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima-Segunda Sessão Ordinária
27 - 29 de Janeiro de 2008
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/383 (XII)

RELATÓRIO DA PRIMEIRA CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA UA, DE 16 A 18 DE NOVEMBRO DE 2007, JOANESBURGO, ÁFRICA DO SUL

Introdução

1. O Conselho lembrará que durante a sua Oitava Sessão Ordinária, realizada em Cartum, Sudão, de 16 a 21 de Janeiro de 2006, o Conselho Executivo tomou a decisão de ref. EX.CL/269 (VIII) sobre o Processo da Diáspora, que autorizou a preparação dos trabalhos de acompanhamento da 1ª Conferência da UA-África do Sul, União Africana (UA) e a Diáspora das Caraíbas, realizada em Kingston, Jamaica, de 16 a 18 de Março de 2005. A decisão solicitou também a África do Sul e a Comissão da UA (Comissão) a cooperarem de modo a assegurarem o êxito desse processo.

2. No cumprimento dessa decisão, a África do Sul e a Comissão da UA trabalharam em estreita colaboração, a fim de garantirem a sua operacionalização. Nesse processo de envolvimento activo, ambas as partes concordaram num roteiro com base num Diálogo Consultivo Global (Conferência Consultiva Regional (CCR) com vista a criarem as condições para a realização de uma Cimeira da Diáspora Africana, que englobasse um Programa e Plano de Acção para uma maior consolidação do desenvolvimento da Iniciativa da Diáspora.

Roteiro

3. Desta feita, a Comissão e o Governo da África do Sul desenvolveram um roteiro, que envolveu um sistema de três níveis, que permitiria a implementação desse processo. O primeiro nível incluiu uma série de Conferências Consultivas regionais, que teriam lugar em África e em várias outras regiões do mundo, onde populações da Diáspora Africana se concentravam em grandes números. A sequência dos eventos foi organizada de maneira a concluir com uma Conferência Consultiva Regional, que permitiria representantes e especialistas dos Estados-membros da UA analisar os resultados consolidados, documentos esses que emanaram das várias CERs e complementaram efectivamente as contribuições do Continente com os desejos e as expectativas da Comunidade da Diáspora no mundo inteiro, como base para a consideração dos Altos Responsáveis da União e dos Estados de Caraíbas, com vista a facilitar a consideração dos Ministros dos Estados Africanos e das Caraíbas.

4. Isto, que se esperava há muito tempo, seria precedido de uma Conferência Ministerial, envolvendo Ministros dos Estados-membros da União e das Caraíbas , Organizações regionais importantes, tais como a CARICOM e representantes das Comunidades das diferentes regiões do mundo. A Conferência Ministerial iria aperfeiçoar e consolidar as conclusões, tornando-as em Projecto de Declaração e em Plano de Acção, que seriam enviados à todos Estados-membros e às formações da Diáspora no mundo inteiro, com vista a acolher mais contribuições e opiniões. A reunião de um pequeno grupo técnico consolidaria depois as conclusões num Programa e Plano de Acção revistos, que seriam submetidos, na terceira e última fase, à Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo, que será precedida de uma Segunda reunião Ministerial breve antes da Cimeira, que iria finalizar o Programa e o Plano de Acção para a sua adopção pelos Chefes de Estado e de Governo da União Africana e dos Estados das Caraíbas.

Conferência Consultiva Regional (CCRs)

5. As Conferências Consultivas Regionais (CCRs) foram organizadas e facilitadas pelo Governo da África do Sul em concertação com a Comissão da União Africana. O processo iniciou-se com consultas nacionais na África do Sul, em Abril de 2005 e depois as Conferências Consultivas Regionais em Brasília, Brasil, a 16 de Abril de 2007; em Londres, Reino Unido, de 23 a 25 de Abril de 2007; Nova Iorque, EUA, de 22 a 23 de Junho de 2007; em Barbados, Caraíbas, de 27 a 28 de Agosto de 2007; e em Paris, França, de 12 a 13 de Setembro de 2007. A Conferência Consultiva para o Continente Africano teve lugar na Sede da UA em Adis Abeba, Etiópia, de 15 a 16 de Outubro de 2007, com a finalidade de analisar e consolidar os vários resultados das CCRs em preparação para a Conferência dos Altos Responsáveis e a Ministerial realizadas em Midrand, África do Sul, de 14 a 15 de Novembro de 2007 e de 16 a 18 do mesmo mês e ano, respectivamente.

6. A decisão de organizar as CCRs foi com base na percepção de que uma parceria efectiva entre a África e a Diáspora requer uma maior compreensão, uma cooperação mais estreita, uma visão comum e os mesmos objectivos, metas e estratégias de reunificação e de rejuvenescimento da família africana global. Portanto, os vários eventos permitiram os africanos, no mundo inteiro, a reunirem-se pela primeira vez num mundo novo, para resolverem as preocupações comuns, unirem as esperanças, os objectivos e as aspirações, de maneira a formarem um consenso sobre como viajar pelas estradas afora, assim como satisfazerem os interesses comuns e estabelecerem programas que visam concretizar as esperanças, as oportunidades e os objectivos.

7. As CCRs, realizaram-se com sucesso e ofereceram os ingredientes necessários para o Programa e o Plano de Acção Revistos pelos Altos Funcionários e, posteriormente, endossados pelos Ministros em Midrand, em meados de Outubro de 2007. O valor e o impacto das CCRs também revelaram a necessidade dessas consultas se manterem como um processo para facilitar, reforçar e suster as redes da Diáspora da UA em várias regiões do mundo e congregar as suas energias para o trabalho da União. Como parte deste processo, prevê-se num futuro próximo mais consultas no Médio-Oriente, nos Estados do Golfo, na Oceania e na Ásia.

Reuniões de Altos Funcionários e de Ministros

8. As conclusões da Sexta CCR foram analisadas primeiro por uma reunião de Altos Funcionários em Midrand, África do Sul, de 14 a 15 de Novembro de 2007 e, subsequentemente, por uma Conferência ministerial no mesmo local, de 17 a 18 de Novembro de 2007. A reunião dos Altos Funcionários analisou os resultados das CCRs, no contexto dos seis sub-temas que serviram de guia para as várias consultas, nomeadamente:

- o Diálogo Global, a Paz e a Estabilidade;

- as Semelhanças Históricas, Sócio-culturais e Religiosas;
- a Partilha do Conhecimento;
- as Mulheres, os Jovens, as Crianças e os Grupos Vulneráveis;
- a Cooperação Económica; e
- o Desenvolvimento e a Integração Regionais.

9. A reunião dos Altos Funcionários trabalharam exaustivamente sobre o Programa e o Plano de Acção, que foi depois enviado à reunião de Ministro para a sua consideração e aprovação. A Conferência Ministerial, que se realizou de 16 a 18 de Novembro de 2007, analisou e consolidou o projecto de Programa e o Plano de Acção (Ver o Anexo). A reunião contou com a participação de representantes de 39 Estados-membros da União a seguir indicados: África do Sul, Angola, Argélia, Botswana, Burquina Faso, Burundi, Camarões, Côte d'Ivoire, Djibuti, Egipto, Etiópia, Gabão, Gana, Guiné Conakry, Quénia, Lesoto, Líbia, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, República Democrática do Congo, República do Congo, Rwanda, Senegal, Sudão, Swazilândia, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe.

10. Estiveram também presentes uma delegação da Organização da Comunidade das Caraíbas (CARICOM), chefiada pelo seu Secretário Geral Adjunto, Sua Excelência Colin Granderson. Ambas as reuniões de Altos Funcionários e de Ministros tiveram formatos distintos, porque tiveram também a participação de representantes das Comunidades de Diáspora da Europa, das Caraíbas, da América do Norte, etc., bem como representantes de Organizações da Sociedade Civil Africanas, que participaram plena e activamente nas discussões.

11. O Programa e o Plano de Acção emanados da reunião ministerial continuam a ser objecto de trabalho, mas já foi rubricado um acordo em todas as suas áreas principais, às quais todas as populações africanas as subscreveram. O Programa foi traduzido em todas as línguas de trabalho da UA e está no processo de distribuição pelos Estados-membros, com vista a obter deles uma contribuição e parceiros, que servirão de base para a sua consideração durante a próxima Cimeira da Diáspora, agendada para Maio de 2008. A Comissão e o Governo da África do Sul estão a consultar os Estados-membros com vista a determinar-se datas exactas para essa reunião, tendo em conta os compromissos assumidos e a necessidade de se realizar a Cimeira, tão logo quanto possível, de modo a estabelecer-se o ímpeto necessário para a aceleração do progresso na implementação da iniciativa da Diáspora.

12. Espera-se que a Cimeira produza um plano de acção abrangente, que estabeleça as condições para o empreendimento de acções concretas, de maneira a permitir uma reunificação efectiva da família africana global e a realização de esforços concertados na construção da União Africana. Neste contexto, uma atenção especial

deve ser prestada às áreas entre parêntesis no Programa e no Plano de Acção, que requerem também um consenso, de modo a garantir que o programa seja uma propriedade comum. Felizmente, essas áreas são poucas e distantes umas das outras, e o interesse, o entusiasmo e empenho demonstrados durante a Conferência Ministerial, serve bem claramente que seria necessário simplesmente esforços mínimos para estabelecer um consenso sobre às áreas remanescentes.

Realizações e Lições Aprendidas

13. O processo que culminou na Conferência Ministerial da Diáspora, constitui um marco importante e significativo na história da União Africana em geral, e no desenvolvimento da iniciativa da Diáspora em particular. Ela ofereceu um quadro efectivo para congregar os diferentes esforços dos Estados-membros, a grande comunidade africana, as organizações regionais e as comunidades da Diáspora por todo o mundo, sob uma plataforma unificada e integrada, que possa servir de quadro real e apropriado para a acção. Ele permitiu a reflexão, o aperfeiçoamento e a consolidação das iniciativas que têm existido dentro das diferentes plataformas, tais como a Conferência de Intelectuais (CIAD I e II), os esforços dos Estados-membros ao nível nacional e as várias iniciativas da Comissão, bem como os outros de maneira pragmática e programática para permitir a sua complementaridade, criando o ímpeto para uma maior sustentabilidade desses esforços. Essa integração de esforços é um trabalho contínuo; porém, o quadro já foi estabelecido e terá um peso maior com a finalização efectiva do Programa e do Plano de Acção.

14. Para além disso, o processo reforça a iniciativa da Diáspora ampliando e estendendo o quadro de participação à várias regiões do mundo. A dificuldade do processo da Diáspora tem sido a grande exigência de recursos nesta fase inicial e o facto de os Estados-membros terem muitos outros compromissos a satisfazer. Por isso, a questão de obtenção de recursos adequados para apoiar o programa é problemático. Contudo, é necessário que o programa da Diáspora seja implementado e consciencialize as comunidades africanas pelo mundo fora. O apoio da África do Sul em termos de recursos para a implementação da iniciativa relativa à Conferência Consultiva Regional (CCR) constituiu um pilar para este empreendimento, que tem que ser sustentado de maneira a assegurar os resultados previstos.

15. Por outro lado, o processo da CCR permitiu os membros da família africana global, nas diferentes regiões do mundo, participarem plena e efectivamente na concepção e implementação do Programa da Diáspora da União Africana, garantindo assim que a propriedade do programa seja efectivamente global. Esse programa serve também de instrumento para uma maior mobilização das assembleias africanas, para renovar e rejuvenescer o processo de desenvolvimento de África, bem como revigorar o empenho de todos na edificação da União Africana.

16. O processo, em princípio, veio também aprofundar o diálogo entre os africanos no Continente e na Diáspora, de tal forma que está a consolidar o consenso sobre os métodos e as estratégias para a sua congregação e o trabalho conjunto, que visam

revitalizar o processo de renascimento africano. Por conseguinte, ele estabeleceu o quadro apropriado para a criação, a sustentabilidade das parcerias e o reforço da solidariedade pan-africana no âmbito da cooperação Sul-Sul, que facilitará a provisão de melhores condições para o Continente Africano e a sua Diáspora .

17. Entretanto, persistem algumas questões de contenção, mas elas são poucas, distanciadas umas das outras e estão no processo de resolução. Ao chamar a atenção para uma questão, a Conferência Ministerial destacou as áreas nas quais o trabalho tem que ser feito de forma célere, de modo a dar uma orientação apropriada ao Programa da Diáspora. Portanto, há duas questões de particular importância a este respeito. A primeira realça a importância do envolvimento de um mecanismo apropriado, a fim de se determinar o processo de participação de representantes da Diáspora em reuniões conexas, bem como num quadro mais amplo da UA. Onde e em que órgãos deve a Diáspora ser representante e como? Qual será o seu relacionamento com os órgãos executivos da União, em particular, e, em geral, como determinar o nível e eficiência das suas intervenções? De que maneira pudermos garantir exactamente que os representantes das Comunidades da Diáspora têm a legitimidade necessária e a autoridade moral e política para ajudar na edificação da União Africana e na protecção dos interesses da família africana global?

18. Segundo, a ideia da Sexta Região, que serviu como uma Plataforma efectiva de mobilização, requer uma análise mais aprofundada. Como exactamente funcionaria e de que forma se relacionaria a "6ª Região" com os restantes 5? Literalmente, simbolicamente ou ambas? Deverá o estabelecimento ser orientado por uma abordagem gradual, isto é reforçado numa base acumulativa?

19. Essas áreas requerem, certamente, mais estudos, e seria importante que a Comissão fornecesse um documento-quadro que possa orientar os Estados-membros na consideração e resolução dessas questões, de modo a que possamos associar as expectativas às reacções e criar efectivamente uma família africana global, que assumisse o seu devido lugar no concerto das Nações do mundo.

Conclusão

20. Finalmente, como observamos anteriormente, as consultas estão em curso com o objectivo de precisar as datas para a Cimeira da Diáspora africana realizar-se em Maio de 2008. É importante que todos os Estados-membros participem efectivamente nessa Cimeira, em vários níveis e, se possível, ao mais alto nível, para que possamos produzir um Programa e um Plano de Acção, que integre e reflicta de facto os nossos interesses e preocupações, para os quais nós possamos nos comprometer e que sirvam de plataforma real de acção.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository **http://archives.au.int**

Organs Council of Ministers & Executive Council Collection

2008

Report of the first African union diaspora ministerial conference, Johannesburg, South Africa, 16-18 November 2007

African Union

African Union

http://archives.au.int/handle/123456789/3154

Downloaded from African Union Common Repository